

Viacava: abrir mais o mercado é solução

Julio Fernandes



Viacava (D) foi contestado por parlamentares de todos os partidos, na CPI da Dívida Externa

— É necessária a definição política de abrir mais o mercado brasileiro para as importações e exportações. Esta é a fórmula para que o país consiga um superávit de 15 bilhões de dólares e resolva seu problema de pagamento dos juros da dívida externa a curto prazo, segundo defendeu ontem o diretor da Cacex, Carlos Viacava, em depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados que investiga o endividamento externo brasileiro.

Viacava informou que hoje a Cacex divulga os dados da balança comercial de março, mas adiantou que o País alcançou um superávit próximo a 1 bilhão de dólares. « Já são quase 2,5 bilhões no trimestre. Vai dar para cumprir a meta de 9 bilhões de superávit este ano, acertada com o FMI », disse ele. Em março, contou, o país exportou 2 bilhões de dólares e importou 1 bilhão.

Segundo os cálculos de Carlos Viacava, se o Brasil abrisse mais o seu mercado, em cinco anos conseguiria exportar 40 bilhões de dólares, importando, em contrapartida, 25 bilhões. « Um superávit de 15 bilhões, o necessário para que nossa dívida permaneça estagnada, se os juros internacionais permanecerem estáveis », ressaltou aos deputados.

Hoje o país exporta 8 por cento do seu produto interno bruto (PIB), « mas se exportássemos 15 por cento teríamos maior eficiência econômica », disse. « Só falta uma definição política de abrir a economia ». Depois da decisão, explicou o diretor da Cacex, seria necessário aumentar os investimentos em produção de petróleo e modificar as regras de comércio exterior: « Mecanismos mais livres e definidos », pediu.

« Precisamos ainda de um novo sistema tarifário », defendeu Viacava. « Os impostos são tão elevados que foi preciso criar isenções para algumas importações ».

Endividamento

O diretor da Carteira de Comércio Exterior (Cacex) do Banco do Brasil, Carlos Viacava, disse, em depoimento na CPI da Dívida Externa, na Câmara dos Deputados, que o Brasil não tem outra saída a não ser aumentar o débito externo, ontem em US\$ 100 bilhões. Argumentou que o saldo comercial de US\$ 9,1 bilhões previsto para este ano, por exemplo, não será suficiente sequer para pagar os juros no período, estimados em US\$ 11 bilhões.

« Mas não há problemas, na medida em que a taxa de crescimento da dívida for menor que a taxa de crescimento das exportações », argumentou Viacava, defendendo com vigor o endividamento brasileiro que, segundo ele, foi necessário para que o país pudesse modernizar-se.

Exemplificou que em 1973, quando a dívida externa atingia US\$ 12 bilhões e as reservas internacionais do país somavam US\$ 6 bilhões, até 1979, quando a dívida já alcançava US\$ 40 bilhões, praticamente todos os investimentos no país foram financiados com a poupança externa. A partir de 79, a dívida foi crescendo por causa de uma capitalização, decorrente das altas taxas de juros internacionais, que chegaram a atingir 20%.

Disse que as taxas de juros continuam elevadas, onerando adicionalmente os países em desenvolvimento. Pelos seus cálculos, o Brasil paga hoje juros de 15% nos empréstimos externos, contabilizados spread e comissões. « É uma taxa extremamente alta, principalmente se considerarmos que a inflação mundial está em 6% ». Portanto, frisou, o Brasil está pagando juros reais de 9% ao mercado financeiro internacional.

As colocações do diretor da Cacex foram contestadas por quase todos os parlamentares. O relator da CPI, deputado Jacques Dornellas (PDT-RJ), condenou o modelo econômico implantado pelo regime pós-64 que, na sua opinião, abriu o país às multinacionais. Por sua vez, o deputado Eduardo Suplicy (PT-SP) contestou dados fornecidos por Viacava com relação à evolução econômica do Brasil, Índia e China. E Fernando Santana (PMDB-BA) defendeu a declaração de moratória unilateral, contestando argumentos de Viacava de que essa medida prejudicaria as compras do Brasil no exterior.

O parlamentar baiano lembrou que, em 1930, o então ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, declarou moratória e só quatro anos depois é que apresentou uma proposta de pagamento da dívida e nem por isso o país paralisou suas atividades econômicas. Agora, frisou o parlamentar, o que a sociedade brasileira deseja não é renegar a dívida externa, mas evitar a matança da população por causa do débito com a comunidade bancária internacional.